

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens constituídos pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Texto CB4A1AAA

1 As discussões em torno de questões como “o que é  
2 justiça?” ou “quais são os mecanismos disponíveis para  
3 produzir situações cada vez mais justas ao conjunto da  
4 sociedade?” não são novidade. Autores do século XIX já  
5 procuravam construir análises para identificar qual o sentido  
6 exato do termo justiça e quais formas de promovê-la eram  
7 possíveis e desejáveis ao conjunto da sociedade à época.  
8 O debate se enquadra em torno de três principais ideias:  
9 bem-estar; liberdade e desenvolvimento; e promoção de formas  
10 democráticas de participação. Autores importantes do campo  
11 da ciência política e da filosofia política e moral se debruçaram  
12 intensamente em torno dessa questão ao longo do século XX,  
13 e chegaram a conclusões diversas uns dos outros. Embora a  
14 perspectiva analítica de cada um desses autores divirja entre si,  
15 eles estão preocupados em desenvolver formas de promoção de  
16 situações de justiça social e têm hipóteses concretas para  
17 se chegar a esse estado de coisas.

18 Para Amartya Sen, por exemplo, a injustiça é  
19 percebida e mensurada por meio da distribuição e do alcance  
20 social das liberdades. Para Rawls, ela se manifesta  
21 principalmente nas estruturas básicas da sociedade e sua  
22 solução depende de uma nova forma de contrato social e de  
23 uma definição de princípios básicos que criem condições de  
24 promoção de justiça. Já para Habermas, a questão gira em  
25 torno da manifestação no campo da ação comunicativa, na qual  
26 a fragilidade de uma ação coletiva que tenha pouco debate ou  
27 pouca representação pode enfraquecer a qualidade da  
28 democracia e, portanto, interferir no seu pleno funcionamento,  
29 tendo, por consequência, desdobramentos sociais injustos. Em  
30 síntese, os autores argumentam a favor de instrumentos  
31 variados para a solução da injustiça, os quais dependem da  
32 interpretação de cada um deles acerca do conceito de justiça.

Augusto Leal Rinaldi. *Justiça, liberdade e democracia. In: Pensamento Plural*. Pelotas [12]: 57-74, jan.-jun./2013 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, relativos aos sentidos e às ideias do texto CB4A1AAA.

- 1 Depreende-se do texto que o debate acerca da justiça organiza-se em torno de parâmetros básicos, mas que não há consenso quanto ao conceito de justiça e às formas concretas para alcançá-la entre filósofos e cientistas políticos do século XX.
- 2 Para o autor do texto, uma correta definição do termo justiça e a compreensão de sua manifestação social são imprescindíveis para que se possam traçar soluções adequadas a cada tipo de sociedade.
- 3 Os autores mencionados no segundo parágrafo apresentam ideias contrárias acerca da noção de injustiça: Amartya Sen a relaciona à liberdade na sociedade; Rawls entende injustiça como uma questão de contratos civis; e Habermas, como uma manifestação linguística e de ação coletiva.

- 4 O verbo **enquadrar**, no trecho “O debate se enquadra em torno de três principais ideias” (l.8), foi empregado com o sentido de **circunscrever**.
- 5 A expressão “estado de coisas” (l.17) refere-se a “situações de justiça social” (l.16).

A respeito dos aspectos linguísticos do texto CB4A1AAA, julgue os próximos itens.

- 6 Embora haja semelhança de sentido entre os verbos **divergir** e **diferir**, a substituição da forma verbal “divirja” (l.14) por **difere** prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 7 O sujeito da forma verbal “têm” (l.16) está elíptico e retoma “cada um desses autores” (l.14).
- 8 Nos trechos “se debruçaram” (l.11) e “se chegar” (l.17), a partícula “se” recebe classificações distintas.
- 9 A correção gramatical e os sentidos do texto seriam preservados se o seu último período fosse reescrito da seguinte maneira: Em síntese, os autores argumentam a favor de instrumentos variados para a solução da injustiça e dependem da interpretação de cada um desses instrumentos relativos ao conceito de justiça.
- 10 A correção gramatical do texto seria mantida caso se empregasse o acento indicativo de crase no vocábulo “a” em “a esse estado de coisas” (l.17).

A respeito do que dispõe a Constituição Federal de 1988 (CF) sobre o regime jurídico da administração pública e o Poder Judiciário, julgue os itens seguintes.

- 11 Nas contratações temporárias autorizadas pela CF, não é obrigatória a aprovação em concurso público.
- 12 As funções de confiança devem ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se destinam apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- 13 O respeito ao denominado teto constitucional constitui uma exceção ao princípio da irredutibilidade de vencimentos.
- 14 É competência exclusiva do Superior Tribunal de Justiça julgar governadores de estado por crimes de responsabilidade.
- 15 Um quinto das vagas de magistrados de todos os tribunais superiores é destinado a membros da advocacia, eleitos por meio de lista tripartite indicada pela Ordem dos Advogados do Brasil.

Considere as proposições P e Q a seguir.

P: Todo processo que tramita no tribunal A ou é enviado para tramitar no tribunal B ou no tribunal C.

Q: Todo processo que tramita no tribunal C é enviado para tramitar no tribunal B.

A partir dessas proposições, julgue os itens seguintes.

- 16 Se um processo não tramita no tribunal C, então ele também não tramita no tribunal B.
- 17 Se um processo for iniciado no tribunal A, então, com certeza, ele tramitará no tribunal B.
- 18 A proposição  $\neg P \rightarrow [P \rightarrow Q]$ , em que  $\neg P$  denota a negação da proposição P, é uma tautologia, isto é, todos os elementos de sua tabela-verdade são V (verdadeiro).
- 19 Se 10 processos que chegam ao tribunal A em determinado dia forem separados de forma aleatória em dois grupos de 5 processos cada, um para ser encaminhado ao tribunal B, e outro, para o tribunal C, então essa separação poderá ser feita de, no máximo, 240 formas diferentes.
- 20 Se, na semana X, nenhum processo tiver dado entrada nos tribunais A, B ou C, além daqueles que já estavam tramitando entre esses três tribunais, e se, relativamente às quantidades de processos existentes no início da semana X, no final dessa semana houve, no tribunal A, uma redução de 1.200 processos e, no tribunal B, um aumento de 1.400 processos, então, nesse caso, 200 novos processos terão chegado ao tribunal C nessa semana.

Considerando os conceitos, princípios e valores da ética e da moral, bem como o disposto na Lei n.º 8.429/1992, julgue os itens a seguir.

- 21 As sanções aplicáveis nos casos de enriquecimento ilícito são cabíveis apenas para agentes públicos, excluindo-se a possibilidade de responsabilização administrativa de pessoa que não exerça mandato, cargo, emprego ou função administrativa.
- 22 Nem todos os meios para se alcançar algo são justificáveis do ponto de vista da ética, uma vez que fins éticos exigem, necessariamente, meios éticos.
- 23 O servidor público que atrasa a realização de ato que deveria promover de ofício não atenta contra os princípios da administração pública, ao contrário do que ocorre com aqueles que deixam de praticar o referido ato.
- 24 A ética, por ser universal, não pode ser influenciada por condições históricas e temporais, ainda que se tenha o intuito de preservar os valores de determinada sociedade.
- 25 A consciência moral deve nortear o comportamento do servidor público, que deve sempre apresentar conduta ética, ainda que receba ordem hierárquica superior que lhe imponha conduta imoral e antiética.

Com referência ao Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e suas alterações, julgue os itens a seguir.

- 26 O Conselho da Justiça Federal atua em todo o território nacional e é responsável pela supervisão administrativa, jurisdicional e orçamentária do STJ e dos primeiro e segundo graus da justiça federal.
- 27 Caso uma turma do STJ tenha de realizar sessão extraordinária, a convocação da sessão deverá ser feita pelo presidente da corte.
- 28 Para ser diretor-geral da Secretaria do STJ o interessado deve ter formação superior, e sua nomeação terá de ser submetida à apreciação do Conselho de Administração do tribunal.
- 29 Os ministros que integram as comissões do STJ são designados pelo presidente do tribunal e seus nomes são submetidos à aprovação da Corte Especial.
- 30 Durante as férias coletivas, as atividades judicantes do STJ são suspensas, devendo os ministros indicar seus endereços para eventual convocação durante esse período.

Considerando as disposições legais pertinentes a sustentabilidade e proteção ambiental, julgue os itens a seguir.

- 31 Resolução do Conselho Nacional de Justiça determina que somente os órgãos do Poder Judiciário que têm atribuição jurisdicional devem criar núcleos socioambientais visando implantar o Plano de Logística Sustentável elaborado pelo Supremo Tribunal Federal.
- 32 Uma das finalidades da licitação é promover o desenvolvimento nacional sustentável: critérios de sustentabilidade devem ser considerados como obrigações da contratada, embora a sua inserção nos autos e no instrumento convocatório seja facultativa.
- 33 Os órgãos da administração pública, inclusive os que compõem o Poder Judiciário, são responsáveis pela execução da Política Nacional sobre Mudança do Clima, devendo observar, entre outros, os princípios da precaução, da prevenção e da participação cidadã.
- 34 A defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação, é princípio de índole constitucional que pauta a ordem econômica brasileira.
- 35 A Constituição vigente consagra a cumulatividade das sanções em matéria de dano ambiental ao preceituar que as condutas e atividades lesivas ao meio ambiente sujeitarão seus agentes, pessoas físicas ou jurídicas, a infrações penais, administrativas e civis, sendo do tipo objetiva a responsabilidade pelas infrações civis.

Considerando o que dispõem o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Resolução CNJ n.º 230/2016, julgue os itens que se seguem.

Espaço livre

- 36 No âmbito do Poder Judiciário, os recursos de tecnologia assistiva para a promoção do acesso à justiça incluem a oferta de processo eletrônico adequado, acessível e que atenda às várias formas de deficiências.
- 37 O servidor terceirizado do Poder Judiciário que, sendo responsável pela promoção de adaptações razoáveis para a acessibilidade de servidores, não se esforçar e não for célere no cumprimento de suas obrigações deverá ser punido com advertência.
- 38 **Situação hipotética:** Em um hospital privado, a equipe médica constatou que um rapaz deficiente, com vinte anos de idade, havia sido agredido fisicamente. **Assertiva:** Nessa situação, por se tratar de pessoa maior de dezoito anos, o hospital será dispensado da obrigação de notificar a polícia e o Ministério Público.
- 39 O poder público deverá reservar, no mínimo, 3% das unidades habitacionais nos programas de moradia para as pessoas com deficiência.
- 40 À pessoa com deficiência é garantido atendimento prioritário quando do embarque e desembarque de passageiros nos transportes coletivos, na tramitação de ações judiciais e na restituição do imposto de renda, sendo todos esses benefícios extensíveis ao seu acompanhante.